

Comissão de redação é quem resolverá casos de omissões

Plenário do Congresso muda visual



A Comissão de Redação da Constituinte terá uma tarefa difícil pela frente: resolver todos os casos de omissão do texto constitucional

aprovado no segundo turno. Esse problema lhe será passado pela relatoria, que termina hoje o trabalho de revisão da Carta para entregá-lo amanhã ao deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP). O senador José Fogaça (PMDB-RS), um dos relatores adjuntos do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), fez questão de dizer ontem que a relatoria não fez nenhuma intervenção no texto aprovado pelo plenário da Assembléia.

A declaração de Fogaça é uma reação às afirmações do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), de que a relatoria da Constituinte está fazendo tudo o que é atribuição da Comissão de Redação. Segundo o senador Fogaça, o trabalho da relatoria está se restringindo apenas a revisar o texto e fazer as remi-

sões como no caso do título de Sistema Tributário, que teve quase todos os artigos enquadrados nessa situação por se tratar de matéria complexa.

Interferência

José Fogaça assegurou que os relatores não tocaram no mérito do texto. No caso das omissões — como a falta de definição de quais são os bens do DF e a não aplicabilidade do Imposto de Renda sobre os vencimentos do presidente, vice-presidente da República e ministros de Estado — foram feitas sugestões. No caso do DF, por exemplo, será sugerido uma remissão ao capítulo que trata dos bens dos Estados. O senador, pessoalmente, acha que isso não seja possível, por envolver questão de mérito.

De acordo com o senador, o tempo para a Comissão de Redação examinar o texto é muito curto, apenas dois dias — 13 e 14 — antes que o projeto seja publicado e distribuído aos constituintes e depois mais dois dias — 19 e 20 — para a apreciação das propostas dos parlamentares. Em função disso foi necessário fazer o relatório com as su-

gestões da relatoria e dos próprios constituintes, cerca de 30. Entre essas sugestões estão as dos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG). Ibsen quer que os dispositivos que tratam do Ministério Público sejam reunidos apenas no capítulo e não em seções como está no projeto, e Bonifácio deseja que o parágrafo 3º do artigo 197, que trata do tabelamento dos juros, volte a ser um inciso, como foi aprovado no primeiro turno. Apesar da justificativa redacional, essa alteração poderia atenuar a norma do texto, já que o inciso é mais diretamente ligado ao enunciado do artigo do que o parágrafo.

Decisão final

Todas essas sugestões terão que ser resolvidas pela Comissão, que não tem uma norma regulamentadora de seus trabalhos e, portanto, sem a camisa de força do regimento da Constituinte, o que impede os relatores de fazerem as alterações. Como o presidente da Comissão é Ulysses Guimarães, a decisão para se correr as omissões terá que ser dele.

Josemar Gonçalves



Os relatores não podem alterar o texto, no seu mérito, assim, a tarefa fica para os redatores

Orçamento ameaça novos tribunais

O presidente do Tribunal Federal de Recursos (TFR) ministro Evandro Gueiros Leite, afirmou ontem que a criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) — que englobará, pela futura Constituição, o TFR —, assim como a dos cinco tribunais regionais previstos na nova Carta, estarão inviabilizados caso não ocorram mudanças na proposta orçamentária do Governo, que já começou a ser estudada pelo Congresso Nacional.

Evandro Gueiros explicou ontem, em entrevista coletiva, que o TFR requisitou à Secretaria de Planejamento uma dotação orçamentária na ordem de Cz\$ 17 bilhões (sendo que Cz\$ 8 bilhões seriam destinados à construção do prédio para o Superior Tribunal de Justiça), mas que só foram concedidos Cz\$ 670 milhões. "O que não dá para começar, disse o ministro.

O argumento do TFR é o de que além da contratação de novos ministros, cujo número aumentou para 33, no mínimo, deverão ser viabilizados, além do STJ, cinco tribunais regionais, necessários para



Valério Ayres

O ministro Evandro Gueiros

enxugar o número de processos previstos para 1989 — em torno de 400 mil, distribuídos entre 300 juízes federais —, que devem ser alojados no Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Distrito Federal (DF) e em mais dois estados, um no Nordeste e outro no Sul, ainda não escolhidos.

Em alguns locais, segundo Evandro Gueiros, os tribunais poderão funcionar sem dotações extras, como é o caso de São Paulo, onde o TFR possui prédio próprio. Em outras regiões porém isto seria totalmente impossível, segundo ele. Gueiros garantiu que, com a dotação correta, em seis meses os tribunais regionais estariam funcionando e que, no máximo daqui a um ano, o STJ trabalharia com capacidade integral.

Evandro Gueiros acredita que o atual prédio do TFR não poderá servir ao STJ, "pois além de não ter mais espaço, o STJ é um tribunal superior, que julgará inclusive ações comuns de governadores".

STJ

O Superior Tribunal de Justiça atuará como terceira instância em matérias não constitucionais — que continuam a cargo do Supremo Tribunal —, e na uniformização da jurisprudência em torno da interpretação da lei, através de um novo recurso, chamado "especial". Isto, segundo o presidente do TFR, diminuirá o trabalho do Supremo Tribunal Federal.

Arquipélago terá apoio, diz Mesquita

Recife — O governador de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, disse ontem ao governador Miguel Arraes (PE) que o presidente Sarney lhe garantiu todo o apoio do Governo Federal para viabilizar a transição do arquipélago da esfera da União para o Estado de Pernambuco.

Segundo Mesquita, que foi recebido em audiência por Arraes, com a promulgação da nova Constituição a ilha perderá automaticamente os recursos federais que havia assegurado para a conclusão das 14 obras que estão em andamento, entre elas o porto, a BR-363, o recapeamento da pista do aeroporto, 80 casas populares, restauração do sítio histórico e ampliação da rede de água e esgoto, entre outras.

Para o término dessas obras, segundo Mesquita, serão necessários pelo menos mais Cz\$ 2 bilhões, além do Cz\$ 1 bilhão de que o Território dispõe em caixa. Mesquita almoçou na segunda-feira, em Brasília, com o presidente da República.

Simon homenageia os constituintes

Porto Alegre — O governador Pedro Simon (PMDB) anunciou ontem que homenageará todos os constituintes brasileiros antes da promulgação do novo texto, solenidade que terá a presença do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Simon tem feito contatos com entidades representativas da sociedade gaúcha para organizar a homenagem e definirá sua data nos próximos dias.

Essa é a maneira encontrada por Simon para destacar o trabalho feito pelos constituintes que ele considera digno de destaque. Todos os constituintes gaúchos serão convidados e Ulysses Guimarães apresentará os dos demais Estados brasileiros. Já o governador catarinense, Pedro Ivo Campos (PMDB), enviou telegrama a Ulysses Guimarães cumprimentando todos os integrantes da Constituinte pela "notável e superior dedicação com que desempenharam a honrosa tarefa". Pedro Ivo destacou também a "firme liderança" de Ulysses durante os trabalhos.